

MODELO DE INFORMAÇÕES PARA FUNDOS DE PENSÃO DE PEQUENO PORTE COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA

Nadine Victor Batista¹
Alexandre Moraes Ramos, Dr.²

Programa de Pós Graduação MBA em Gestão Pública - Universidade Anhanguera

RESUMO

O artigo propõe um modelo de informações para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar de pequeno porte com base nos princípios da boa Governança. As informações foram baseadas na legislação previdenciária em vigor, na Lei de Acesso à Informação e na Lei de Transparência. A metodologia seguiu em três etapas: levantamento de requisitos e planejamento, análise e projeto e, avaliação e retroalimentação. A partir do levantamento das informações que devem ser geridas pela entidade, propôs-se uma categorização com as seguintes dimensões: governança, gestão, infraestrutura, seguridade e administrativo-financeiro, as quais foram alinhadas a categorização das informações inerentes ao seu conteúdo. Este modelo especifica um conjunto de requisitos informacionais que compõe outros específicos à arquitetura de informação, em atendimento às práticas da boa governança exigidas pela legislação previdenciária.

Palavras-chave: modelo de informação, governança, fundos de pensão.

ABSTRACT

This work has as objective to propose a model of information based on governance principles for a small Pension Fund. The proposed model of information was based on a bibliographic survey using the legislation, the Law on Access to Information and Transparency Act. The methodology was based on three steps: gathering requirements and planning, analysis and design, and evaluation and feedback. Based on the information which must be managed by the entity a categorization of the following dimensions has been proposed: governance, management, infrastructure, security and administrative-financial, which were aligned to categorize the information inherent in their content. Therefore this model specifies a list of information requirements which must integrate others, particularly about pension funds information architecture, serving good governance practices required by pension legislation.

Key-words: information model, governance, pension fund.

¹ Administradora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduanda *Latu Sensu* em MBA Gestão Pública pela Universidade Anhanguera e em Direito Público pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

² Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Engenharia da Produção pela UFSC (2000).

INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa é um assunto relevante no meio empresarial e na literatura. Considerado como um instrumento de aproximação da propriedade ao poder de controle, assegurando, aos acionistas, conselheiros e demais interessados, maior transparência e participação nas decisões da organização. Surge com a necessidade das empresas modernizarem sua gestão e controle organizacional, visando serem mais atrativas e competitivas no mercado, visando alinhar o comportamento da alta diretoria aos interesses dos acionistas. [1]. Com efeito, os controles adequados dentro de uma organização possibilitam um melhor raciocínio estratégico oferecendo à administração novas perspectivas e o um olhar mais apurado da realidade do ambiente organizacional.

Em algumas organizações, como as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), o objetivo da governança é minimizar os potenciais problemas organizacionais ou conflitos de interesse que possam surgir, entre participantes e gestores, e afetar a segurança das reservas financeiras da instituição e por consequência o pagamento dos benefícios aos assistidos [2].

As EFPC são organizações criadas como fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, acessíveis a grupos específicos com base no vínculo empregatício ou associativo, e gestora de planos coletivos de benefícios previdenciários. Devem seguir uma série de regulamentações, sendo, as práticas de governança, princípios obrigatórios a serem adotados.

O controle e gestão da informação, baseado nos princípios de governança, tais como: conformidade legal (*compliance*) prestação responsável de contas (*accountability*), transparência (*disclosure*) e senso de justiça (*fairness*) [1], trazem a tona o conceito de Governança da Informação, importantíssimo para este tipo de organização. Como gerir as informações de uma organização ao nível de mantê-las confiáveis, com segurança, transparência e acessibilidade? Informações bem definidas e processadas geram o conhecimento necessário para que o processo de governança seja aprimorado.

Assim sendo, buscou-se conhecer as informações gerenciadas pelas EFPC, tendo como problema de pesquisa identificar: quais são as informações que as EFPC de pequeno porte devem disponibilizar para atender aos princípios da boa Governança?

MARCO TEÓRICO

A informação pode ser considerada como sendo dados que tenham relevância e propósito, e estejam organizados de maneira a veicularem conhecimento quando processados. Deste modo, a informação realiza uma conexão entre dados brutos e o conhecimento que a mesma pode gerar. [3] Ao se organizarem os dados, definem-se e seguem-se regras, as quais são estabelecidas anteriormente ao processamento dos mesmos. A informação é considerada, portanto, como um conjunto de dados que se orienta para um propósito relevante e permanece em consenso para o público-alvo. [4]

Assim, informações bem definidas e processadas geram o conhecimento necessário para que o processo de governança seja bem desenvolvido pela organização. Uma instituição que faça uma gestão adequada de suas informações tem vantagem competitiva frente às demais, destacando-se no mercado. Deste modo, a gestão da informação é baseada para melhorar a tomada de decisão para os gestores, uma vez que disponibiliza os principais aspectos de que necessitam para as decisões.

O intuito da gestão da informação é, portanto, providenciar aos tomadores de decisão informações seguras e confiáveis que quando processadas evidenciem conhecimento à organização. Para tanto, a organização necessita conhecer bem os dados com os quais trabalha, como são geradas as informações e qual conhecimento quer produzir. O início disso

é o mapeamento das informações produzidas e consumidas pela organização e como as mesmas estão estruturadas dentro da companhia, o qual é gerado a partir de um modelo de informação.

Neste sentido, a Política da informação envolve o poder proporcionado pela informação e as responsabilidades da alta direção em seu gerenciamento e uso. A informação gerenciada deve possuir algumas características básicas, as quais são classificadas como: exatidão, oportunidade, acessibilidade, envolvimento, aplicabilidade e escassez. Uma informação deve ser exata em seu conceito, no sentido de que não pode conter erro simples na transcrição, na coleta e na agregação dos dados. É o que gera credibilidade e confiança para as tomadas de decisão futuras, e em outras palavras, o que é considerado como a 'verdade'. A oportunidade refere-se à atualização constante que a mesma deve ser submetida dependendo de onde é aplicada. Neste ponto, observa-se também a importância da acessibilidade, que depende não somente da conectividade, mas da garantia de que a informação esteja disponível e atualizada no momento oportuno, de modo que o usuário possa utilizá-la e compreendê-la. O envolvimento é tratado como utilidade da informação, e qual o impacto que a mesma tem sobre o usuário. Isto remete a aplicabilidade, que permite equacionar problemas ou apoiar a decisão com as análises das informações obtidas, o que por consequência assinala para a orientação, que é quando a informação aponta o caminho para ações que necessitam ser realizadas. Por fim, há a escassez que define indiretamente a quem a informação pertence, estipulando poder e influência por seu valor. [5]

Atender às necessidades dos usuários com as informações precisas é o grande objetivo da arquitetura da informação num Portal Web, por exemplo, o que realizado de maneira organizada permite que os usuários consigam encontrá-las e alcancem seus objetivos. [6] Com base nisso, a arquitetura da informação admite organizar as informações a partir de um modelo proposto, permitindo que o acesso seja feito de maneira fácil por meio de caminhos estruturados.

O bom gerenciamento da informação necessita da descrição da mesma, a qual possibilita identificar, categorizar, filtrar, interpretar e integrar à informação essencial ou principal da organização. [5] A categorização deve ser feita conforme seus processos internos e exigências gerenciais ou de legislação. É importante descrever as diversas fontes dos tipos de informação, como a informação e o conhecimento podem ser usados nos processos de trabalhos e quais as intenções e objetivos da organização com o gerenciamento das informações. Para tanto, as informações são identificadas, categorizadas, filtradas, interpretadas e integradas à informação essencial ou principal da organização.

Ao tratar o gerenciamento das informações produzidas e consumidas pela organização alguns passos devem ser seguidos pelo gestor [5] quais sejam:

- a) Administração de exigências: Combinar as necessidades de informação dos usuários e as dos canais fornecedores, conhecer as exigências das pessoas que necessitam da informação e conquistar a confiança de fornecedores e usuários;
- b) Plano de ativos informacionais: Classificar a informação, assim que é obtida, de acordo com sua confidencialidade, como tempo pelo qual ela deve ser mantida, com a maneira como deve ser protegida;
- c) Plano de sistemas informacionais: (opcional). Planejar o armazenamento e a distribuição dos dados (em meios eletrônicos ou em papel);
- d) Aquisição: Obter a informação;
- e) Análise: Analisar o conteúdo da informação para estabelecer os níveis de confiabilidade, segurança e qualidade;
- f) Disseminação: Distribuir a informação aos que necessitam dela;

- g) Feedback: Perguntar aos receptores, por meio de entrevistas, se a informação adequada foi recebida e distribuída de maneira correta, e se foi dado treinamento suficiente quanto ao uso dela.”

O modelo de informação deve informar, ainda, quem são os responsáveis pelas informações, quem irá gerenciá-las, quem irá monitorar e atualizar os dados, a qual processo esta informação está vinculada, e de que procedimento necessita para ser elaborada. Todas as informações, gerenciadas pela organização e úteis a ela, devem estar contidas num modelo de informação, e as atualizações feitas sempre que necessário.

Deste modo, um modelo de informação pode ser entendido como o conjunto de conceitos e critérios que define a comunicação das informações aos gestores. Um modelo de informação deve permitir que as informações sejam distribuídas e acessadas diretamente pelos gestores, conforme suas necessidades e possibilitar a facilidade de interação do usuário. [7]

Para tanto, o desenvolvimento do modelo de informação passa, ainda, por duas fases: um período de exploração, seguido por um período de desenvolvimento evolutivo. O período de exploração é conceituado como a fase de elicitação, seguida por um período exploratório: análise e modelagem. Elicitação corresponde a fase de clarear, extrair e identificar as informações que irão compor o modelo de informação; análise é a fase de avaliar e refinar o escopo do modelo de informação por meio de uma categorização das informações; e modelagem é a etapa em que as informações selecionadas são agrupadas no modelo. Esta fase pode ser ilustrativa no intuito de conceituar, descrever, representar e organizar as informações no modelo. [6]

A partir disso, o modelo de informação permite realizar uma modelagem caracterizada pela elaboração da Árvore de Dados ou de Informações, que tem o intuito de organizar os requisitos coletados, categorizando-s pela hierarquia de seus objetos.

O detalhamento proposto permite especificar os requisitos de conteúdo que um portal, por exemplo, deve possuir para atender ao que determina a legislação vigente de previdência complementar, e atender a outras obrigações associadas às práticas de governança.

MÉTODO

Objetivos geral e específico

O objetivo geral é propor um modelo de informações para as entidades fechadas de previdência complementar de pequeno porte com base nos princípios da boa Governança. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: viabilizar o acesso às informações para os stakeholders das entidades fechadas de previdência complementar; criar um modelo de informação para a organização que busque organizar suas informações; analisar o modelo de informação proposto sob a ótica das práticas da boa governança.

Tipo de pesquisa e procedimentos de coleta e tratamento dos dados

O estudo caracteriza-se por ser do tipo exploratório-descritivo com finalidade de proposição de plano, cuja abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo, sob método indutivo para a análise dos dados. [8] [9] Objetiva contribuir com a proposta de um modelo de informação que permita maior transparência e organize as informações geradas pela entidade para sua Diretoria Executiva da organização.

A coleta de dados para a elaboração do diagnóstico foi baseada num levantamento da legislação vigente referente às informações que devem estar disponíveis aos *stakeholders*,

com o objetivo de propor um modelo de informações que facilite a gestão da organização. Para tanto, seguiu-se as seguintes etapas:

- a) Levantamento das informações necessárias a gestão da organização;
- b) Disposição das informações por categorias de controle;
- c) Classificação das informações em cada categoria, definindo atributos relacionados a cada informação, tais como: público de acesso, responsabilidades, disponibilidade, periodicidade de manutenção e detalhamento da informação.

O estudo limitou-se a analisar as legislações previdenciárias relacionadas às informações geridas pelas EFPC. Neste contexto, toda análise documental realizada foi feita com base na legislação em vigor, e suas alterações, na data do estudo, realizado no último trimestre de 2012. Além disso, por se tratar de um modelo, ele deve ser testado, avaliado e adaptado às características da organização, adequando a maneira de gerir a mesma, antes de seu uso e implantação.

RESULTADOS

O escopo do modelo de informação foi elaborado conforme as etapas para sua criação. A etapa de elicitação se deu com o levantamento do máximo de informações possíveis através da pesquisa documental na legislação previdenciária. A etapa de análise ocorreu com a definição do escopo, princípios que nortearão este modelo e o conjunto de informações ali contidas. Neste momento, fez-se a avaliação, seleção e categorização das informações, a fim de viabilizar a estruturação do modelo, organizando e especificando as informações que serão inseridas. Nesta fase, definiram-se as dimensões do modelo de informação.

A partir destes levantamentos, definiu-se o escopo do modelo de informação, com os princípios informacionais que guiam as etapas do processo de elaboração do modelo de informação, quais sejam:

- Atender aos requisitos e exigências da legislação vigente;
- Promover transparência e acesso às informações da entidade;
- Prestar de contas aos participantes e assistidos do plano de previdência complementar;
- Melhorar a qualidade do atendimento prestado ao participante e assistido;
- Melhorar a gestão da informação na entidade.

A primeira seleção foi feita compilando informações semelhantes de modo a identificar um conceito de dimensão para representar o conjunto de informações. A categorização das informações foi realizada considerando aspectos como sua finalidade, público a atender, tipo de informação e como a informação seria gerida.

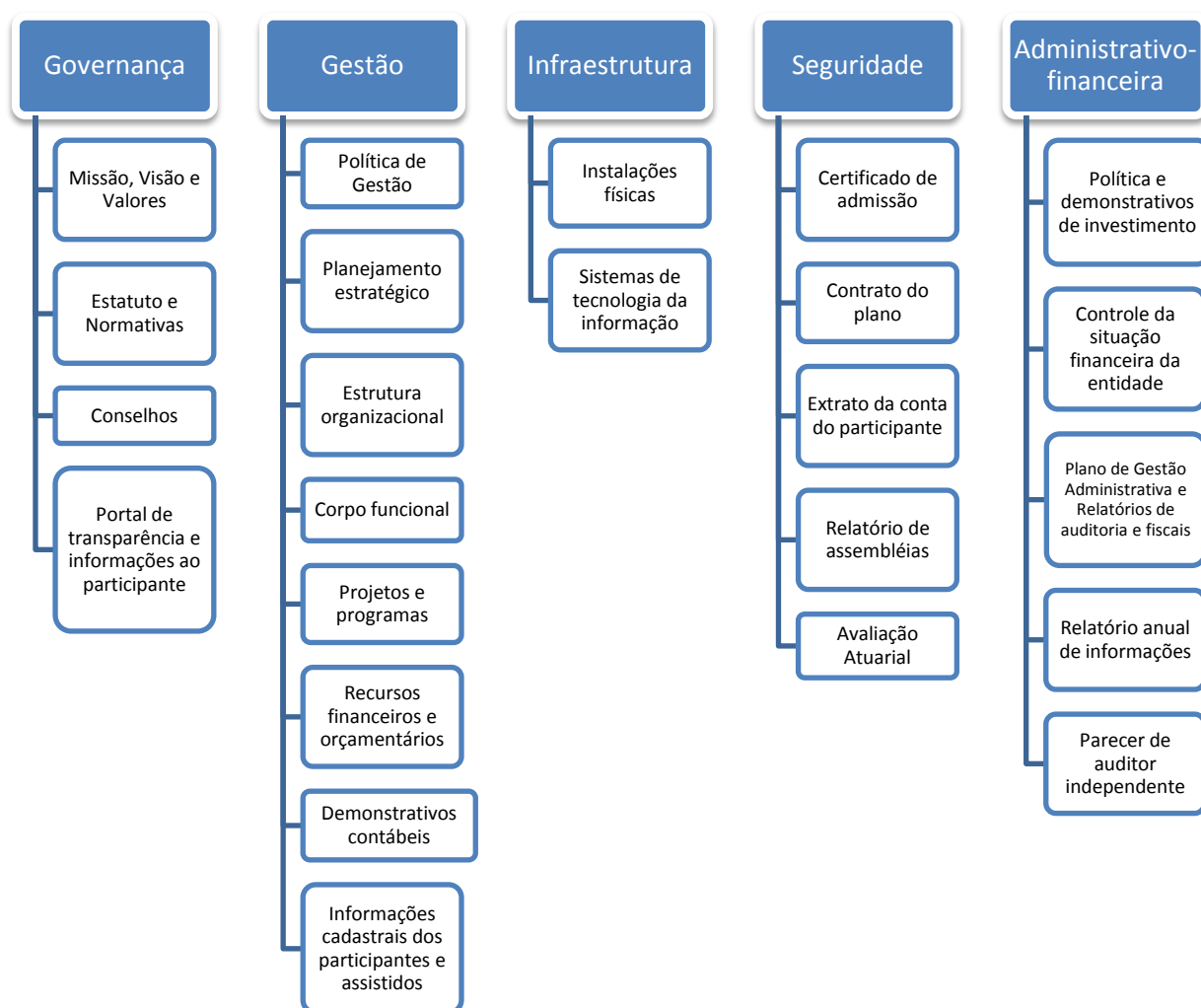
O resultado foi a criação de 5 dimensões, as quais foram estruturadas para facilitar a gestão das informações e, ainda, permitir o acompanhamento através de seus processos internos e gerenciamento dos riscos inerentes a cada uma. As dimensões criadas possibilitam múltiplas visões para o responsável pelo desenvolvimento das arquiteturas de informação, podendo ser utilizadas para criação de Portais de Web visando dar estrutura e conceito para o mesmo.

Deste modo, as dimensões instituídas foram: governança, gestão, infraestrutura, seguridade e administrativo-financeira, conceituadas a seguir, e identificadas as informações inerentes ao seu conteúdo.

- Governança: envolve as informações que dizem respeito às relações de poder e papel de cada *stakeholders* no processo de decisão, além dos aspectos relacionados à legislação em vigor e as normativas internas da entidade;

- **Gestão:** informações que tratam das atividades de gestão da EFPC de maneira geral, a fim de manter sua estrutura;
- **Infraestrutura:** são informações relacionadas à sua estrutura física;
- **Seguridade:** informações relativas aos planos de manutenção, ampliação ou alteração do programa previdenciário da entidade, com o respectivo plano de custeio, além das informações para o Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial.
- **Administrativo-financeira:** informações relacionadas ao andamento da entidade tanto no que diz respeito à saúde financeira da mesma, como informações contábeis e financeiras, quanto às informações necessárias para definição de políticas e planos de ação da entidade.

A Árvore de Informação na Figura 1 aponta de maneira ilustrativa os objetos de conteúdo para cada categoria criada, e permite uma visão ampla do modelo de informação proposto, conforme todo levantamento realizado.



F1gura 1 – Árvore de Informação para Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Fonte: Elaborado pela autora

Após a definição das categorias a serem utilizadas no modelo, foram criados atributos para cada categorização, cujos conceitos são apresentados no Quadro 1. Assim, para cada objeto de conteúdo, identificado na Figura 1, foram especificados um conjunto de atributos que expressam seus requisitos de gerenciamento e suas propriedades, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Especificação dos atributos utilizados para a categorização

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO
Identificação do Objeto	Número de identificação que permite sua referência única no modelo de informações.
Nome do Objeto	Especifica o nome usado como título, rotulando a informação, e descrevendo de forma genérica seu conceito.
Descrição do Objeto	Texto descritivo que identifica com detalhamento a informação.
Público do Objeto	Público a que destina a informação e que terá acesso a mesma.
Grau de Sigilo	Classificação da informação, conforme Lei de Acesso a Informação (Ultrassegredo, Segredo, Reservado e Público).
Responsável pelo Objeto	Setor responsável por manter ou fornecer a informação do objeto.
Periodicidade de atualização do Objeto	Identifica de quanto em quanto tempo é necessário atualizar a informação ao público.

Fonte: Elaborado pela autora.

Buscou-se deixar o modelo de informação o mais abrangente possível para poder ser aplicado em EFPC de pequenos portes, cuja estrutura é mínima devido aos recursos disponíveis. A literatura aponta que a gestão de informação deve seguir algumas características básicas, tais como exatidão, oportunidade, acessibilidade, envolvimento, aplicabilidade e escassez.

No que diz respeito à exatidão, uma informação deve ser exata em seu conceito, não podendo conter erros simples na transcrição, na coleta e na agregação dos dados. É o que gera credibilidade e confiança para as tomadas de decisão futuras. Neste aspecto, a informação prestada para um modelo de informação deve ser sempre revisada e segura de que não contenha incertezas. A disponibilidade com erros pode ser mais grave do que a não disponibilidade da informação, e para um Fundo de Pensão, ou EFPC, provavelmente passível a multas e punições, quando caracterizado por má-fé.

A oportunidade refere-se à atualização constante que a mesma deve ser submetida dependendo de onde é aplicada. Para tanto, o modelo de informação define quem é o responsável pela informação que fará sua manutenção periódica.

O quesito de acessibilidade, que depende não somente da conectividade, mas da garantia de que a informação esteja disponível e atualizada no momento oportuno, pode ser visualizado no modelo proposto com a definição do público alvo da informação gerenciada – a quem a informação produzida causará efeitos. Além disso, há a escassez que também trabalha um conceito parecido, pois define indiretamente a quem a informação pertence, estipulando poder e influência por seu valor.

Do mesmo modo, o envolvimento é abordado como utilidade da informação, e qual o impacto sobre o usuário. Para o modelo proposto, é visível quando se observa a descrição da mesma, em que fica definido de que se trata a informação produzida.

Isto, ainda, remete a aplicabilidade, que permite equacionar problemas ou apoiar a decisão com as análises das informações obtidas. Este dado é possível tanto para os gestores quando aos acionistas da entidade.

Diante do exposto, observa-se que o modelo de informação deve possuir um banco de dados unificado e estruturado, fornecendo informações com oportunidade para ações gerenciais no momento em que se necessita delas, e que reproduza a realidade a nível operacional.

Como forma de complementar aos demais processos organizacionais, este modelo também pode ser acrescido de outro dado: os processos vinculados a cada atributo relacionado, isto é, o mapeamento dos processos da organização pode estar associado ao modelo de informação proposto, de maneira a deixar mais claro e fácil o diagnóstico do objetivo da informação, fluxo da informação, qual sua importância, e quem é o responsável pela mesma.

De maneira similar, ainda pode ser coligado com o mapeamento de riscos, o qual uma organização responsável por gerir recursos previdenciários deve realizar. O mapeamento de risco promove o início de uma gestão integrada dos riscos. O que é fundamental para uma organização ter segurança e solidez nas operações realizadas pelos fundos de pensão.

Todos estes aspectos são essenciais para o gerenciamento das informações da organização, e geridos de forma responsável promovem uma maior transparência e segurança para os acionistas e participantes da entidade. A base da governança é, sobretudo, suporte para estes conceitos, uma vez que busca gerenciar os ativos da organização com intuito de melhorar o processo de tomada de decisão pelos órgãos superiores da entidade, mas também, para promover maior transparência nestas decisões.

A governança está relacionada aos aspectos de gerenciamento e controle de alto nível nas organizações. Um controle organizacional inicia com o gerenciamento das informações produzidas e pode promover um melhor desempenho de uma organização quando tratada com a devida importância.

A base da governança é, sobretudo, suporte para estes conceitos, uma vez que busca gerenciar os ativos da organização com intuito de melhorar o processo de tomada de decisão pelos órgãos superiores da entidade, mas também, para promover maior transparência nestas decisões.

Quando se trata da governança da informação, diz-se que são os conceitos de governança aplicados de maneira a preservar a segurança, confiança, transparência e acessibilidade das informações geridas, produzidas e desmobilizadas pela entidade.

As informações bem definidas e processadas geram o conhecimento necessário para que o processo de governança seja bem desenvolvido pela organização. Uma instituição que faça uma gestão adequada de suas informações tem vantagem competitiva frente às demais, destacando-se no mercado, e promovendo a confiança de seus *stakeholders*.

A categorização das informações é o início da gestão da informação, pois a entidade dará importância à informação dependendo do nível a que se enquadrar. Um modelo de informação permite organizar as fontes, os dados, as informações de forma a facilitar seu controle organizacional e, portanto, facilitar a gestão sob os meios de governança, visto que é preciso que além de organizadas, as informações estejam disponíveis e claras aos usuários ao todo momento que delas necessitarem.

Diante disso, a organização necessita mapear suas informações, categorizando-as conforme seus processos internos e exigências gerenciais ou de legislação.

Por fim, considerando o exposto acima, o modelo de informação proposto serve como norteador para que a entidade aplique-o em seu portal e apresente as informações necessárias para o entendimento de seu funcionamento por parte de seus *stakeholders*, principalmente os participantes e assistidos, bem como permite conhecer a saúde financeira da entidade, quais

são suas metas para os próximos cenários, e como consequência gerir a entidade da maneira mais transparente possível.

Mais do que cumprir uma determinação legal, atuar de maneira transparente é um valor que deve estar presente no dia a dia de um fundo de pensão, permeando as práticas de governança e a rotina dos gestores de uma entidade.

A transparência na forma de atuar de uma organização que lida com recursos financeiros de terceiros deve ser máxima, devendo, pois, ser um conceito de valor que gere segurança e confiança aos participantes, beneficiários e assistidos.

É essencial, portanto, que uma EFPC mantenha suas informações organizadas para disponibilizá-las a quem delas necessitar e no momento que solicitar, buscando sustentar a transparência em sua gestão.

O portal Web pode ser utilizado, portanto, para manter as informações disponíveis e permitir o acesso as mesmas a qualquer momento que se deseja. As informações ali contidas devem sofrer manutenção constante, e os responsáveis pelas mesmas devem ficar atentos com a divulgação das informações para evitar envio de informações equivocadas. Para o conceito de disponibilidade de informações pior do que não informar o participante, é divulgar informações errôneas que gerem desconfiança e insegurança do participante para com a direção executiva do fundo de pensão.

Deste modo, entende-se que a boa governança está diretamente relacionada à gestão adequada da informação da entidade, e que o acesso e disponibilidade da mesma devem ocorrer de modo eficiente e eficaz para produzir os efeitos benéficos de uma participação ativa dos participantes e assistidos na gestão do plano. Isso pode ser concretizado com a implantação de um modelo de informação que traduz as informações gerenciadas pela entidade e que as organize de maneira a facilitar sua divulgação onde quer que seja, inclusive em portais de Web, os quais podem estar direcionados e separados ao tipo de público que deve ter acesso à mesma.

CONCLUSÕES E SUAS IMPLICAÇÕES

A governança está relacionada aos aspectos de gerenciamento e controle de alto nível nas organizações. Um controle organizacional inicia com o gerenciamento das informações produzidas e pode promover um melhor desempenho de uma organização quando tratada com a devida importância.

Para Fundos de Pensão, a legislação vigente já aponta para a necessidade da incorporação das práticas da boa governança nas entidades, mas com base nisso, qual o intuito da legislação prever este tipo de prática?

A governança é tida como um conjunto de normas, lei, processos e regulamentos que auxiliam os tomadores de decisão e permitem que tudo na organização seja controlado, administrado e dirigido para seu melhor desempenho.

Uma boa governança exige que a entidade mantenha de forma clara a identificação e segregação das responsabilidades operacionais da organização, o que pode ser permitido através do acesso à informação de alguns aspectos de seu controle interno. Desta maneira, o acesso a informação é fundamental para que o participante tenha confiança e segurança de que seus recursos estão sendo bem administrados pela entidade e seus dirigentes.

As informações, uma vez compiladas e publicadas em um portal Web, viabilizam ao participante ou assistido contribuir inclusive com a fiscalização das ações da organização, participando de forma efetiva na gestão do plano de benefícios. Aos conselhos permite um acesso a qualquer momento das informações geridas pela entidade, e admite que ambos atuem

sob o conhecimento de todas as informações necessárias para as tomadas de decisão na organização.

No modelo de informação proposto segue toda informação que deve ser disponibilizada para o participante e associado, como forma de informá-lo sobre o andamento do plano, a política de investimento, o patrimônio que a entidade gerencia, as ações desenvolvidas pela entidade, etc. Isto é necessário, pois promove ao cidadão maior acompanhamento de como os recursos estão sendo administrados pela entidade.

Os gestores da entidade prestando contas aos participantes e associados de sua gestão e atividades desenvolvidas promovem um tipo de rede de informação entre ambos, e abre um canal que permite ao participante adentrar sobre os aspectos de gerenciamento da entidade, e participar de maneira mais intensa na administração do plano que é dele.

Os custos incorridos de toda entidade são um exemplo desta prestação de contas e devem ser disponibilizados a todo público interno da mesma: conselhos, diretoria, participantes e assistidos. O público em geral também deve ter acesso a algumas destas informações, como balanços e balancetes contábeis, etc, como forma de ser o mais transparente possível.

Em paralelo, a transparência é igualmente uma prática que deve ser adotada pela entidade, se não uma das mais importantes. A transparência e a prestação de contas, como pilares da boa governança, estão altamente relacionadas e devem ser alinhadas quanto da sua divulgação. Um portal Web é uma fonte de consulta rápida e fácil para esta prática, podendo ser muito utilizado pela entidade para fins de divulgação de suas informações.

Diante do exposto e de modo geral, pode-se destacar que as práticas da boa governança significam a adoção de mecanismos que forcem os gestores a defenderem os interesses das demais partes interessadas, incluindo os acionistas, que em fundos de pensão são considerados os participantes e assistidos. É, pois, um meio de controle organizacional, que visa estabelecer uma ligação de todos os envolvidos com a entidade, dirigentes, conselhos e participantes, e através de mecanismos, busca uma conduta coerente com os interesses e objetivos organizacionais. Todas as atividades desenvolvidas e a gestão das informações produzidas auxiliam, ainda, no processo de tomada de decisão, proporcionando transparência e respeitando as partes interessadas.

Deste modo, a legislação em vigor visa proteger os participantes da má gestão dos dirigentes, e é considerada de alto rigor, para que os que ainda não participam efetivamente da gestão se sintam protegidos e assegurados de que os recursos financeiros disponibilizados durante a vida produtiva possam ser resgatados com alto rendimento no momento da aposentadoria.

A legislação aponta, portanto, os pontos específicos que os dirigentes devem cumprir, mas não identifica o caminho para o alcance dos mesmos. A boa gestão das informações produzidas é assim um caminho mais eficiente para iniciar este processo de cumprimento das exigências legais.

Quando se trata da governança da informação, diz-se que são os conceitos de governança aplicados de maneira a preservar a segurança, confiança, transparência e acessibilidade das informações geridas, produzidas e desmobilizadas pela entidade.

As informações bem definidas e processadas geram o conhecimento necessário para que o processo de governança seja bem desenvolvido pela organização. Uma instituição que faça uma gestão adequada de suas informações tem vantagem competitiva frente às demais, destacando-se no mercado, e promovendo a confiança de seus stakeholders.

O modelo de informação proposto visa, sobretudo, atender a este conceito de governança da informação. A categorização das informações é o início da gestão da informação, pois a entidade dará importância à informação dependendo do nível a que se enquadrar. Um modelo de informação permite organizar as fontes, os dados, as informações

de forma a facilitar seu controle organizacional e, portanto, facilitar a gestão sob os meios de governança, visto que é preciso que além de organizadas, as informações estejam disponíveis e claras aos usuários ao todo momento que delas necessitarem.

Diante disso, a organização necessita mapear suas informações, categorizando-as conforme seus processos internos e exigências gerenciais ou de legislação.

Portanto, a aplicação do modelo de informação elaborado para as EFPC de pequeno porte cumpre ao que preconiza a legislação referente a fundos de pensão, mais ainda, de certo modo, o que regulamenta a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência, permitindo ao usuário conhecer tudo o que se passa na entidade ao qual pertence e contribui financeiramente.

Por fim, considerando o exposto acima, o modelo de informação proposto serve como norteador para que a entidade aplique-o em seu portal e apresente as informações necessárias para o entendimento de seu funcionamento por parte de seus stakeholders, principalmente os participantes e assistidos, bem como permite conhecer a saúde financeira da entidade, quais são suas metas para os próximos cenários, e como consequência gerir a entidade da maneira mais transparente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] IBCG. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Home.aspx>>. Acesso em 24 Maio 2012

[2] PENA, Ricardo. Transparência e Desempenho. **Governança Corporativa e os Fundos de Pensão**. São Paulo: ABRAPP, 2010.

[3] STARCK, Katia Regina. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Gestão da informação no ambiente de projetos: identificando sua relação com o desempenho dos projetos empresariais**. Florianópolis, SC, 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

[4] SORDI, José Osvaldo de. **Administração da informação**: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

[5] DAVEPORT, Thomas H.. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. Tradução Bernadete Siqueira Abraão. São Paulo: Editora Futura, 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63594770/DAVENPORT-Ecologia-da-Informacao-1998>>. Acesso em 09 outubro 2012.

[6] RAMOS, Alexandre Moraes; MARINHO, Vieira Marinho. **Modelo de informação para divulgação das informações dos processos de avaliação e regulação das universidades públicas federais no contexto da lei de acesso à informação**. Florianópolis, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Departamento de Administração.

[7] SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera.. **Modelo de decisão em gestão econômica**. Caderno de estudos n. 19. Set/Dez. São Paulo, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511998000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 09 Outubro 2012.

[8] GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

[9] ANDRADE, Antonio Rodrigues de. **Comportamento e estratégias de organizações em tempos de mudança sob perspectiva da tecnologia da informação**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo v. 9, n. 2, p. 49-58. 2004.